

assembleístas participaram do Culto Inter-Religioso de Ação de Graças que encerrou as atividades da VI Assembléia Anual do DCJ.

Expressamos os nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a realização de mais esta Assembléia. De modo especial agradecemos ao Núcleo Regional do Rio de Janeiro que assumiu a coordenação dos trabalhos.

Para registrar este evento histórico e para partilhar o trabalho realizado com todos aqueles que acreditam no diálogo, publicamos as palestras que seguem.

Pe. José Bizon é Coordenador da representação católica da Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico/Judaico

JERUSALÉM: 3.000 ANOS

Pe. Jesus Hortal, S.J.

Jerusalém está completando 3.000 anos como cidade sagrada do monoteísmo. Desde a conquista davídica, em 1.004 antes da era cristã, e da introdução nela da arca da aliança, Jerusalém tem constituído o polo de atenção, primeiro de judeus, depois dos cristãos e, mais tarde, embora em menor medida, dos muçulmanos.

Os primeiros assentamentos humanos, na área da atual Jerusalém, se remontam, ao menos a dez mil anos antes de Cristo. Inscricões egípcias e assírias falam já de um povoado, por volta de 3.000 antes da nossa era. No momento da conquista da Terra Santa pela tribos israelitas saídas do Egito, Jerusalém permaneceu nas mãos dos jebuseus, um dos povos que ocupavam a terra de Canaã. O nome original, *Urusalém*, não obstante, refere-se, segundo parece, a um deus pagão, foi conservado, com uma pequena modificação, pelos conquistadores hebreus. A tradição judaica posterior atribui-lhe, mais tarde, o significado de "Cidade de Paz". Também em virtude de uma tradição tardia, passou-se a identificar o lugar onde Davi construiu um altar e onde, mais tarde, Salomão ergueu o Templo, com o Monte Moriah, ou seja, a monta-

nha onde Abraão se dispôs a sacrificar Isaque e onde Melquisedeque teria exercido o seu sacerdócio.

Davi não apenas conquistou a cidade, como também a transformou em capital do seu reino e iniciou o processo que a transformaria no único lugar dos sacrifícios ao Deus único. Por isso, mesmo após a destruição do templo, ela foi e será sempre o ponto de referência inquestionável e insubstituível para o judaísmo.

Mas é preciso entender que Jerusalém é também o lugar onde se iniciou o cristianismo e para onde os olhares cristãos convergem. Embora Jesus tenha nascido em Belém e transcorrido sua infância e juventude em Nazaré, a sua morte aconteceu na cidade santa e lá se situa o túmulo vazio, onde se alicerçou a fé cristã. Ao descreverem a vida e a atuação de Jesus, os evangelistas apresentam a entrada em Jerusalém como a culminância do seu ministério. De modo especial, Lucas parece ter construído o seu Evangelho em torno da idéia-mestra "subir a Jerusalém", como a grande tarefa a ser cumprida por Jesus. Ainda mais, quando, após os acontecimentos que celebramos na Páscoa cristã, no dia de Pentecostes se inicia a expansão do cris-

tianismo e Pedro pronuncia o seu primeiro sermão. Lucas apresenta, de modo didático, a cidade de Jerusalém como o centro de irradiação da nova fé. De fato, se tomarmos a enumeração de povos de At 2,9-11, poderemos ver facilmente que todos eles se encerram dentro de um círculo traçado com a ponta do compasso em Jerusalém e o lápis em Roma. Para o evangelista, a irradiação cristã tinha uma fonte clara: Jerusalém; e uma meta a ser atingida: Roma. A primeira, porém, era e permanecerá sendo o centro da unidade obtida pela reconciliação simbolizada na unificação das línguas; a segunda, enquanto dominadora do mundo, na medida em que a voz do Cristo se faça ouvir dentro dos seus muros, será uma garantia da tarefa cumprida, mas não poderá substituir a primeira. Quando, algo mais tarde, é escrito no livro do Apocalipse, o autor contempla a plenitude da salvação na "nova Jerusalém, descida do céu", onde Deus habita com os homens, não na Roma pagã, a cidade das sete colinas, que aparece simbolizada em Babilônia. É por isso que um cristão também sente a nostalgia da cidade santa e pode e deve recitar com toda a verdade as palavras do salmo 122 (121): "Alegrei-me quando me disseram: 'Vamos à casa do Senhor!' Nossos passos já se detêm às tuas portas, Jerusalém!" É verdade que,

desde bastante cedo, os cristãos de origem e prática judaicas se tornaram uma minoria, que acabou perdendo a sua identidade. Mas mesmo assim e inclusive após a conversão do Império Romano ao cristianismo e o deslocamento do centro cristão para Roma, Jerusalém continuará a exercer um certo fascínio para todos os cristãos.

Contudo, já desde os primeiros tempos do cristianismo, Jerusalém se tornou também cidade da divisão e da discórdia. Possivelmente, como consequência da nova atitude tomada em face dos gentios e do correspondente abandono das práticas rituais, os cristãos passaram a ser considerados, pelos dirigentes judaicos de Jerusalém, hereges e excluídos do Templo. A perseguição de Herodes Antipas, no ano 40, com a morte de Tiago, o filho do Zebedeu, marcou claramente o distanciamento entre ambas as comunidades. Nem sequer a catástrofe de 70, com a destruição da cidade santa e do templo pelas mãos dos romanos pagãos foi capaz de sanar essa ruptura. Mesmo assim, Jerusalém continuou a ser um ponto de referência para o cristianismo. Quando, após a virada constantiniana, Santa Helena empreende a primeira peregrinação "oficial" aos lugares sagrados, todos os olhares da cristandade se voltam para a terra onde Jesus viveu. Igrejas e mosteiros marca-

ram os pontos onde a tradição identificou os passos mais importantes da vida de Jesus. Conservamos os relatos de peregrinos, como a virgem Hejéria, que, sem poupar dificuldades, empreenderam a jornada jerosolimitana. Em todos eles, ecoam as palavras do salmo 137 (136): "Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, que me seque a mão direita". Essa nostalgia de Jerusalém acompanhará os cristãos ao longo de toda a Idade Média, especialmente após a conquista muçulmana. E, mais tarde, quando as invasões turcas fecham o acesso aos lugares santos, a Europa se lança à empresa das Cruzadas, mistura de idealismo e crueldade, de genuína devoção e fanatismo religioso. Infelizmente, contradizendo o ideal proclamado de restabelecimento da paz na terra santa, elas serviram também de pretexto para perseguições contra o povo hebreu.

A liturgia católica sempre alimentou a devoção para com a cidade santa. Na tradição católica, a Jerusalém terrestre simboliza a Jerusalém celeste, como "bemaventurada visão de paz", na expressão de um hino do breviário romano. O domingo de ramos, com a celebração da entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, nos lembra, cada ano, o lugar mais santo da cristandade. Mesmo no imaginário popular brasileiro, Jerusalém é um pon-

to de referência insubstituível. Basta lembrar a "Nova Jerusalém" de Pernambuco, o maior cenário ao ar livre, onde cada ano se encenam a paixão e a morte de Jesus.

O destino de Jerusalém, que deveria ser a "cidade da paz", parece ter-se transformado no do profeta: "homem de disputa e homem de discórdia para toda a terra" (Jr 15,10). Ela não é apenas palco da disputa pelos lugares santos, entre judaísmo, cristianismo e islamismo, mas também testemunha das divisões internas das três religiões. Nada demonstra isso mais tragicamente do que a basílica do Santo Sepulcro, onde católicos, ortodoxos gregos e armênios disputam o terreno, milímetro a milímetro, preferindo que as construções se deteriorem, antes do que ceder uma polegada dos pretensos direitos. Por isso, o grande desafio para o nosso tempo é saber como fazer hoje da cidade santa um centro de reconciliação. Porque esta parece ser sua vocação inalienável. A cidade que abrigou a arca da aliança, sinal do encontro entre o céu e a terra, a cidade que contemplou a morte de Jesus, enquanto oferecia o seu perdão e suplicava a Deus pela reconciliação, não pode continuar a ser um pomo de discórdia. Ela deveria transformar-se em ponto de encontro e lugar da paz. Quando a Igreja Católica defende um estatuto especial para

Jerusalém não está querendo negar ou desconhecer os direitos históricos do povo judeu. Ao contrário, ela deseja que esses direitos sejam garantidos pela própria ordem internacional. Ao mesmo tempo, porém, pede uma proteção especial e o respeito de todos para os membros de outras religiões. Quando falamos de "estatuto internacional", não estamos nos referindo a um domínio político. A Igreja Católica não tem nenhuma ambição política, nem na Terra Santa, nem alhures. Jerusalém é, e continuará a ser, a capital do Estado de Israel. Mas é possível e desejável uma garantia internacional para a convivência pacífica dentro dos seus muros.

Permitam-me, nesse sentido, copiar alguns parágrafos do *Memo-randum* publicado pelos responsáveis das comunidades cristãs da Terra Santa, no dia 22 de novembro de 1944:

"1. Para satisfazer às próprias aspirações nacionais de todos os seus habitantes e para que judeus, cristãos e muçulmanos possam viver em paz entre si em Jerusalém, como "na própria casa", é preciso que, além das autoridades políticas locais, representantes das três religiões monoteístas sejam associados à elaboração de tal estatuto.

2. Por causa do significado universal de Jerusalém, a comunidade internacional deve encontrar-se engajada numa garantia estável e permanente desse estatuto. Jerusalém é preciosa demais para depender unicamente das autoridades locais, municipais ou políticas nacionais, sejam elas quais forem. A experiência ensina que é necessária uma garantia internacional. A experiência ensina que tais autoridades locais, por razões políticas ou de segurança, se sentem às vezes forçadas a violar os direitos de livre acesso aos lugares santos. É por isso que se tornou uma necessidade especial dar a Jerusalém um estatuto especial, a fim de que ela nunca mais seja vítima de leis impostas como consequência de hostilidade ou guerras, e a fim de que continue a ser uma cidade aberta, que transcende as perturbações locais, regionais ou mundiais. Esse estatuto, estabelecido pelas autoridades políticas e religiosas locais, deveria ser garantido assim pela comunidade internacional"¹.

Trata-se, pois, conforme os parágrafos transcritos, mais de uma garantia internacional do que do estabelecimento de qualquer outra autoridade que não a israelense na cidade santa. Muito menos estamos advogando pela introdução de

qualquer tropa de ocupação, mesmo a título de "observadores". Haveria, contudo, alguma instância das Nações Unidas para referir qualquer violação do respeito e do estatuto das três religiões monoteístas. Algo semelhante, embora com um campo de atuação específico, ao que se advoga constantemente para a garantia dos direitos humanos em qualquer país do mundo e que já é uma realidade no seio da Comunidade Européia. Estamos convencidos de que tal solução, sem diminuir a soberania do Estado de Israel daria maior

tranqüilidade às diversas comunidades que convivem na Cidade Santa. Esperemos que esse desejo não seja uma utopia. Esperemos que todos possamos contemplar Jerusalém como a verdadeira cidade da paz!

Pe. Jesus Hortal, S.J. é Reitor da PUC-Rio de Janeiro, Consultor Pontifício para as Relações com o Judaísmo e Assessor Religioso para a Fraternidade Cristã-Judaica - RJ

1. Texto francês em la Documentation Catholique, 15/01/95, p. 87